

Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



TÍTULO DO TRABALHO			
MODELOS PARA A REBELIÃO RURAL NA ANTIGUIDADE TARDIA			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Uiran Gebara da Silva	Universidade de São Paulo	USP	Pós-doutorando
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>O eixo desta comunicação é a busca dos horizontes políticos de duas revoltas rurais do Império Romano tardio: os bagaudas na Gália e os circunceliões na África. Toma-se em consideração as diferenças de motivação e de atuação das revoltas nas duas regiões, considerando-se que em uma delas (a dos circunceliões), a presença da religião cristã é um elemento diferenciador da organização e da recepção da rebelião. Adicionalmente, a transformação na historiografia social das regiões rurais do Império Romano nos séculos III, IV e V d.C. que permite explicitar os limites e potenciais políticos dessas revoltas de acordo com a experiência vivida dos rebelados e também que se qualifique bem mais precisamente o lugar dessas revoltas em uma história das classes subalternas.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Revoltas Camponesas; Cristianismo; Antiguidade Tardia;			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>This paper searches for the political horizons of two sets of rural rebellions in the Later Roman Empire: the <i>baacaudae</i> in Gaul and the <i>circumcellions</i> in Africa. It takes in regard the differences of motivation and practice of both the rebellions, with special attention to the fact that in the rebellions of the <i>circumcellion</i> the presence of the Christian religion is an organizing force of the rebellion and its reception. Additionally, the paper deals with the recent changes in the historiography of the social relations in the Later Roman Countryside, which enables the reworking of the modern interpretations on the limits and potentialities of those rebellions, taking in account the experience of the rural workers and the place of these rebellions in a history of the subaltern classes.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Peasant rebellions; Christianity; Late antiquity			
EIXO TEMÁTICO			
Marxismo, insurreições e revoluções: teoria e história			

MODELOS PARA A REBELIÃO RURAL NA ANTIGUIDADE TARDIA

Uiran Gebara da Silva

Introdução

A temática da insurreição é importantíssima para a compreensão do ser humano como sujeito da própria história. Uma das dimensões importantes do marxismo como referencial teórico e metodológico para a investigação do passado humano é a compreensão dos processos de exploração e dominação. Ocorre, porém, que por inúmeras razões (ora teóricas, ora ideológicas) o olhar do historiador materialista, principalmente em sociedades pré-capitalistas, enfatiza em demasia a opressão, a exploração e a dominação e perde de vista a capacidade de resistência dos grupos humanos a essas condições. A insurreição contra a dominação, a exploração constitui-se nos eventos mais visíveis (e de forma alguma os únicos) desse tipo de resistência. No entanto, quando o historiador materialista se foca nesses instantes de explícita oposição à ordem social de classes, surgem algumas dificuldades. Do ponto de vista teórico, o enquadramento conceitual inescapavelmente articula-se à problemática da revolução moderna (burguesa ou proletária) ou das revoltas rurais, também modernas. Nesse sentido, toda investigação sobre revoltas e insurreições pré-capitalistas é necessariamente um estudo comparado.

O tema do qual eu pretendo tratar são as revoltas rurais sob o Império Romano da Antiguidade Tardia, um tema pouco explorado, principalmente pelos historiadores brasileiros da Antiguidade.¹ Há basicamente dois conjuntos de revoltas: os bagaudas na Gália e os circunceliões na África. Os bagaudas são recorrentemente mencionados na documentação como revoltosos no século III e V d.C. e enquanto que as referências ao lugar no qual aconteceram as revoltas do século III apontam para a Gália como um todo, as revoltas do século V são associadas mais precisamente aos Alpes, à Armórica e à Tarraconense. Já as menções às ações dos circunceliões vão de meados do século IV e meados do século V d.C. e sua localização se espalha por muitas regiões da África do Norte, mas principalmente a Numídia. Como se pode ver, minha investigação comparou insurgências ou revoltas rurais que estão distantes espacialmente (em pontos diferentes do Mediterrâneo tardo-antigo), mas

¹ As poucas ocorrências são bem recentes e constituem-se na menção aos bagaudas no artigo de Mario Jorge da Motta Bastos (Bastos, 2010) e os dois artigos sobre circunceliões de Regina Bustamante (Bustamante, 2001) e (Bustamante, 2002). Adicionalmente há o livro de Elza Frazão (Frazão, 1976).

não cronologicamente já que há uma sobreposição das temporalidades. A historiografia do século XX sobre essas revoltas, embora pareça ter como pano de fundo a problemática das revoltas ou das revoluções modernas, raramente costuma explicitá-las como dimensões comparativas da sua análise (acredito que as exceções estejam nos trabalhos de obra de Elena Staerman e nos de Santo Mazzarino no que diz respeito à problemática da revolução moderna). Assim, parte da minha reflexão é esboçar algumas contribuições que os estudos sobre revoltas rurais modernas poderiam oferecer para a compreensão dos horizontes políticos das revoltas dos bagaudas e dos circunceliões.

As Revoltas

As primeiras menções às revoltas na Gália não usam o termo bagaudas e se dão nos três panegíricos gauleses endereçados ao imperador Maximiano, descrevendo a ação de camponeses armados na Gália um pouco depois da ascensão de Diocleciano, no final do século III. O mesmo evento é descrito nos resumos históricos de Aurélio Victor e Eutrópio produzidos na segunda metade do século IV, onde a associação com o termo bagaudas (*bacaudae*) é feita pela primeira vez. Também fazem menção a essas primeiras ocorrências a crônica de Jerônimo e a história de Orósio. Um segundo conjunto de referências localizaria revoltas dos bagaudas na década de 410, partindo de sinais de levantes rurais e inversões sociais expressos na comédia *Querolus* e no poema *De Redito Suo* de Rutilio Namaciano. Estas referências, no entanto, são uma questão polêmica na historiografia. A existência de ação dos bagaudas por volta de 410 proposta por Edward Arthur Thompson é bem verossímil (Thompson, 1952), mas a sua sustentação a partir da *Querolus* e do *Redito Suo* é na melhor das hipóteses ambígua. Essa incerteza é o que se retira de útil do artigo de Philip Bartholomew (Bartholomew, 1982), mas suas contrapropostas são ainda mais inverossímeis, como o próprio Thompson demonstrou em sua resposta a ele (Thompson, 1983). A ocorrência seguinte se dá na forma da descrição substancial feita por Salviano de Marselha no seu *De Gubernatione Dei*, escrito nos anos 440 e a menção feita na crônica de 452, que localiza uma revolta de bagaudas na Gália entre os anos 430-435 e 448. O mesmo evento é mencionado na Vida de São Germano de Constâncio de Lyon, escrita no final do século V. A crônica de Hidácio, por sua vez descreve alguns levantes do que ele também denomina como bagaudas, entre os anos 440 e 455 na região da Gália Tarraconense, no vale do Rio Ébro. Eventos que podem ser relacionados a menções obscuras a estas revoltas nas poesias de Merobaudes, um dos responsáveis, segundo Hidácio, pela repressão das revoltas na Tarraconense. Por fim, na

História Nova de Zósimo, escrita no início do século VI, há a menção a bagaudas nos Alpes, ou perto dos Alpes, que teriam expulsado uma tropa de Godos da região no ano de 407 e a uma luta por autonomia do Império pelos habitantes da Armórica. Uma última referência ainda pode ser encontrada na forma dos *armorici* que auxiliaram Aécio contra Atila, mencionados na obra de Jordanes.²

Uma singularidade das menções aos circunceliões está na sua definição como uma heresia cristã. Isto se relaciona à disputa que ocorreu na África entre o que se poderia chamar de dois partidos cristãos, os donatistas e os cecilianistas. Os donatistas eram defensores de uma maior ênfase na santidade do martírio e na desconfiança das relações entre Império e Igreja. Por sua vez, os cecilianistas se auto intitularam na documentação produzida por eles mesmos como os “católicos” e o fato de terem vencido o debate ajudou a consolidar a visão deles como a ortodoxia. Os cecilianistas viam como menos problemáticas as relações entre Império e Igreja e defenderam um cristianismo que deveria colocar menor ênfase na santidade do martírio, e maior ênfase na busca da unidade e da obediência da hierarquia episcopal da Igreja.³ A documentação que temos sobre essa disputa é quase toda do partido cecilianista e nela a associação com os circunceliões serve para difamar os donatistas. Os circunceliões são mencionados pela primeira vez na obra *Contra Donatistas* de Optato, bispo de Milevis, publicada entre as décadas de 360 e 380. Em seguida, eles são mencionados recorrentemente ao longo de toda a obra de Agostinho referente à questão donatista, do fim do século IV à terceira década do V, em cartas, sermões, polêmicas, tratados e por fim em seu catálogo de heresias. Há também uma menção na nas atas do concílio de Cartágo de 408 e na lei 16, 5, 52 do Código Theodosiano de 412 e, por fim, eles são mencionados na biografia de Agostinho escrita por Possídio na década de 430 d.C. Há por fim, um conjunto de referências tardias em catálogos de heresias que, começando em Agostinho, descrevem os circunceliões com contornos progressivamente fantasiosos e monstruosos.⁴

² Panegirici Latini 2 (10) 4.1-4, 5.1, 6.1; 3 (11) 3.4-5 5.3 ; 7 (6) 8.3; Eutropius, Breviarium: IX, 20; Aurelius Victor, Líber de Cesaribus: XXXIX, 17; Amiano Marcelino, Rerum Gestarum Libri: 27.2.11; Rutilio Namatiano, de Redito Suo: I. v.213-216; Annon. Querolus, II. 30; Salviano de Marselha, De Gubernatione Dei: 5.21-26; cf. 26-37; Orosio, Historia Adversus Paganus: VIII.25.2; 41.7; Jerônimo, Chronica: A.2303; Hydatius, Chronica: 125,128,141,142,154; Chronica Gallica de 452, Chronica Minora, Monumentae Germanicae: 117.119, 127, 133; Constantius, Vita S.Germani: 28.40; Merobaudes, Panegyricus: 2.8-22; Inscrição sobre Merobaudes - CIL vi. 1724; Sidonio Apolinario. Carmina v 210-3; vii 246-8; Zozimus, Historia Nova: 6.2.5; 6.5.2-3; Jordanes, Getica: XXXVI .191

³ A síntese mais célebre está no estudo de W.H.C. Frend, (Frend, 1951). Recentemente Brent Shaw produziu um estudo que mudou o patamar das investigações sobre os donatistas (Shaw, 2011). Eu concordo inteiramente com a crítica de Maureen Tilley à simpatia dos autores modernos pelos cecilianista (Tilley, 1997) e por isso não utilizo a terminologia de Brent Shaw (católicos e dissidentes).

⁴ Optato de Milevis, Contra donatistas. III.4; Agostinho: Epístolas: 23.6-7; 29.12; 35.2; 43.24; 51.3; 53.6; 76.3; 76.2; 81.1-7; 86; 87.4-8; 87.8-12; 88.10; 93.17; 100; 100.2; 105.1-7; 105.3-4; 106; 107; 108. 5, 14, 16,18; 111.1;

Um primeiro passo de definição das revoltas dos bagaudas e dos circunceliões é a sua classificação como revoltas rurais, mas isso apenas aponta para o lugar não urbano no qual elas ocorreram. O passo seguinte, a caracterização social dessas revoltas é pouco consensual, tendo sido um tema de debate e discussão na historiografia moderna. O debate se divide entre várias vertentes, caracterizando os revoltosos de ambos os grupos diversamente como camponeses, escravos ou outro tipo de trabalhadores rurais, ou mesmo desvinculando a sua caracterização completamente de tais preocupações. Assim, alguns autores modernos tentam ver nos bagaudas a ação oculta de potentados locais que teriam se utilizado de multidões de camponeses subordinados da Gália contra as forças militares do Estado imperial. Essa proposta, que equivalia os bagaudas ao banditismo moderno foi delineada para por Raymond Van Dam (1985), e posteriormente sugerida como verossímil também para os circunceliões por C.R. Whittaker, (1993 e 1995).

Paralelamente, os circunceliões foram caracterizados por alguns estudiosos como bandos de trabalhadores de contratação sazonal para a colheita das oliveiras, buscando não vê-los como necessariamente camponeses, uma perspectiva proposta primeiramente por Charles Saumagne (1934). Mas as interpretações mais radicais sobre os circunceliões são as dos estudiosos que buscaram descrevê-los como monges errantes em busca de martírio suicida em oposição à repressão cecilianista, como Michael Gaddis (2005) e Bruno Pottier (2008) e que se esforçam por desvincular a sua interpretação de qualquer conexão com os problemas sociais e conflito de classes nas regiões rurais da África romana. É aqui, contudo, que as coisas ficam interessantes e começamos a adentrar no tema do presente trabalho. Qualquer discussão a respeito dos horizontes políticos desses grupos depende da sua caracterização social. E a caracterização social das revoltas depende da conjugação de (ao menos) três fatores: a) a análise da terminologia e da narrativa presente nas fontes antigas, b) a contextualização desses grupos nos modelos de organização social rural presentes na Historiografia da Antiguidade Tardia e c) o diálogo com os modelos conceituais revoltas rurais a disposição do investigador.

No que diz respeito aos primeiros dois fatores, eles não constituem o foco do presente trabalho. Por causa disso, apenas mencionarei brevemente as minhas posições, que se baseiam no desenvolvimento anterior de minha pesquisa (Silva, 2015).

131.1; 134.2; 139.1-2; 185; 185.8, 12, 15, 25-27, 30, 40; Contra Gaudentius: I 6.7; 22.25; 27.30; 28.32; 31.37; 36; 46; Enar. In Psalm.: 54.26; 132.3, 4, 6; Agostinho, Sobre as heresias Livro I. 69.1-4; CTh 16, 5, 52; Atas da Conferência de Cartago de 411 - Capítulos das Atas: III. 297; Atas: III. 174; Edito; Possidio, Vida de Agostinho: Cap 10;12; Isidoro de Sevilha. Etimologias ou Origens. VIII.5.51-53; Tyconius apud Beatus of Libana, In Apocalypsim 5.53.

No que se refere a análise da terminologia e da narrativa presente nas fontes, tendo a aceitar caracterização dos bagaudas como sendo essencialmente oriundos de comunidades de camponeses arrendatários e pequenos proprietários (com alguma presença de escravos no processo de insurreição). No que se refere aos circunceliões, penso que a contratação sazonal não exclui a pertença a comunidades camponesas mais amplas (também composta de pequenos proprietários e arrendatários). A configuração social dos circunceliões é possivelmente a de trabalhadores sazonais ligados à colheita da uva ou da azeitona, esses trabalhadores sociais, que circulavam pela Numídia eram mão-de-obra excedente originária de aldeias camponesas e para elas retornavam recorrentemente. E, em relação à caracterização dos circunceliões como monges errantes suicidas, me parece que ela é resultado tanto do uso dos circunceliões no programa de difamação feito pelo partido cecilianista contra os donatistas para que fossem considerados uma heresia, quanto da supervalorização por alguns dos estudiosos modernos da documentação medieval e dos catálogos de heresias, uma documentação excessivamente caricatural.⁵ Adicionalmente, acredito que tanto a ideia de as revoltas dos bagaudas tenham sido estimuladas por domínio patronal, quanto a caracterização unilinear dos circunceliões como monges errantes, são expressões claras da recusa de parte dos intelectuais do final do século XX em ver qualquer tipo de capacidade de iniciativa e autonomia de ação nas classes subalternas.

No que se refere ao segundo fator, a contextualização dos conjuntos de revoltas em relação aos modelos de organização social rural presente na historiografia, é importante frisar o quanto as próprias bases sobre as quais essa discussão se dá se transformaram nas últimas décadas. A historiografia sobre a organização das relações de trabalho e de poder no campo do Império tardio se tornou menos consensual. Isso derivou, por um lado, das mudanças nos próprios modelos conceituais adotados para explicar as relações sociais nas zonas rurais do Império e, por outro, do profundo impacto do avanço da arqueologia nesse campo de estudos, e resultou na revisão da excessiva centralidade dada pela historiografia anterior às ideias como a *villa*, o colonato e sociedade escravista.

Nos modelos de explicação oferecidos anteriormente pela historiografia sobre o período, as revoltas eram vistas como parte integrante de um paradigma que via uma prolongada e generalizada crise social e econômica em todas as regiões do Império Romano tardio. A identificação dos fatores que levavam à crise foram um dos grandes debates

⁵ Brent Shaw (2004) demonstrou claramente a inadequação do uso dos catálogos de heresias medievais para o estudo dos circunceliões, assim como o erro na atribuição de uma descrição caricatural dos circunceliões a Tychonius, um autor contemporâneo das revoltas.

historiográficos do século XX, e muitas respostas, geralmente contraditórias foram oferecidas. Contudo, dentre as interpretações que pensavam crise como sendo resultado de fatores econômicos, as mais consolidadas eram as que colocavam a hipótese termos de uma crise do escravismo (Weber, 1983[1896]) – ou do modo de produção escravista para estudiosos marxistas (Staerman, 1980, p. 59-107 e Anderson, 2000 [1975]). Com isso defendiam que a interrupção do fornecimento da mão de obra escrava no século II levava a um reforço da dominação aristocrática sobre os trabalhadores rurais, concluído e estabilizada no século IV. Essa interpretação era derivada do aparecimento de uma legislação fiscal que restringia as ações dos camponeses não proprietários, prendendo-os à terra e reduzindo seus direitos, sua liberdade e assemelhando sua condição progressivamente à dos escravos. Esse processo seria complementado pelo desenvolvimento de formas de dominação pessoal dos camponeses pelas aristocracias nos novos reinos bárbaros, a partir da queda do Império Romano nas regiões ocidentais do Mediterrâneo. Esse paradigma foi consensual até os anos 1980, momento a partir do qual o acúmulo de pesquisas pontuais, que partem tanto do refinamento da compreensão das estruturas literárias das fontes textuais, quanto da profusão de estudos arqueológicos, propiciou a problematização, o questionamento e a desconstrução desse paradigma.⁶

Esses novos estudos fizeram parte de uma imensa renovação da historiografia sobre o período que se inicia no século III e que implicou inclusive no desenvolvimento do recorte ou área da Antiguidade Tardia como campo de investigações. A crise do escravismo passou a ser colocada em cheque (Finley, 1999) e nesse novo contexto dos estudos, para alguns deixou de ser válido interpretar o século III como um período de crise, ao passo que para outros, ela deixou de ser considerada uma crise social e econômica e passou a ser uma crise política e militar (essa é a interpretação de Peter Heather, que defende que a reorganização do Império Persa sob os sassânidas reconfigurou o equilíbrio de poder entre as duas potências antigas e demandou, por sua vez, a reorganização do Império Romano).⁷ Do ponto de vista social e econômico, ao se olhar o Império como um todo, é possível ver o século II mais como uma etapa de reajuste do crescimento excepcional romano nos séculos I a.C. a II d.C. para a padrões típicos de sociedades pré-industriais (Saller, 2005). Da mesma forma, um reajuste social e político pode ser visto nas novas modalidades de relação das elites locais e regionais com a corte imperial e com a ascensão de novos centros imperiais (Matthews, 1990).

⁶ Há obras de síntese dessas mudanças, cf. Bowden; Lavan; Machado (2004) e Grey (2011).

⁷ Para a crítica à ideia de crise social no século III, ver a obra seminal de Peter Brown, *The World of Late Antiquity*. (1971). Para a defesa da existência de uma crise política, cf. Heather (2006).

No mesmo passo, a historiografia sobre o que aconteceu entre os séculos III a V também mudou bastante. De forma que, até o começo do século XXI o paradigma interpretativo tenha deixado de falar em crise, decadência ou em queda do Império Romano, substituindo isso por uma visão de transformações lentas e enfatizando as continuidades. Recentemente alguns autores voltaram a trabalhar com a perspectiva de uma crise (política, social e/ou econômica) no século V, mas mesmo nesse caso, a crise é mais súbita e cada vez mais associada a questões militares e à presença dos bárbaros (Ward-Perkins, 2005; Heather, 2006).

As interpretações das evidências materiais e textuais agora apontam processos de intensificação da produção e o desenvolvimento em grande escala de comércio inter-regional, regional e até mesmo local (Horden e Purcell, 2000). Essas interpretações têm sido propostas para as várias províncias ocidentais, com graus maiores (África) e menores de intensidade (Gália e Hispânia). Por trás desses processos de intensificação da produção estariam a reorganização do sistema tributário estatal, o crescimento do número de assentamentos rurais e, por fim os sinais de difusão de objetos artesanais produzidos em larga escala e monetarização para regiões rurais e classes sociais nas quais tais objetos produtos e moedas estavam ausentes (ou são invisíveis até agora) antes do século III. A historiografia, também sem muito consenso, tem interpretado os impactos sociais desses processos de intensificação econômica. Em primeiro lugar, aponta o desenvolvimento de estruturas legais e coercitivas que visam o maior controle da mão de obra rural a partir do Estado e em segundo lugar, a ideia de que haja um processo de concentração de propriedade da terra, mas essa não se cristaliza em latifúndios e sim no controle fragmentado de inúmeras parcelas em escala inter-regional.⁸ Dentre as várias contribuições de Chris Wickham para essa discussão, uma das mais importantes foi enfatizar a necessidade de pensar essa intensificação em termos de um aumento das taxas de exploração do trabalho camponês, por meio do maior controle da extração das rendas rurais e da concentração da propriedade (Wickham, 2005). Há, em paralelo, uma tendência a interpretar dos achados arqueológicos e os processos de intensificação em termos de expansão de mercados locais, regionais e inter-regionais. Essa perspectiva, em geral, associa o impacto do crescimento dos mercados locais rurais a modelo que defende a melhora dos padrões de vida no campo nesse período (Ward-Perkins, 2000; 2005; Dossey, 2010; Van Ossel, 2006). É no contexto dessa transformação da historiografia

⁸ Cf. As visões de Chris Wickham (2005) e Jairus Banaji (2007).

social das regiões rurais do Império Romano nos séculos III a V, que pretendo refletir sobre os limites e potenciais políticos dessas revoltas.

Modelos teóricos de revoltas rurais

Para Chris Wickham, os processos de intensificação da produção e da circulação são profundamente dependentes da estrutura fiscal e da orientação política do Estado romano. Contudo, com o enfraquecimento e subsequente desagregação do Estado romano nas regiões ocidentais do Mediterrâneo, há, conseqüentemente, a desarticulação da economia de escala inter-regional e a regionalização econômica e política se torna a tônica das sociedades ao redor do Mediterrâneo e na Europa nos séculos VI a VIII. Nesse cenário, Wickham propõe como conceito chave para a compreensão dessa regionalização a crise da hegemonia aristocrática no campo, já que a capacidade de controle e de domínio dos trabalhadores rurais, por parte dessa aristocracia, era bastante dependente da existência do Estado romano (Wickham, 2005). Eu penso que contextualizar as revoltas dos bagaudas e dos circunceliões em meio a uma crise de hegemonia aristocrática é também uma das melhores maneiras as explicar. E é tendo como base essa perspectiva de crise de hegemonia aristocrática que acredito ser possível estabelecer um diálogo teórico com os modelos conceituais propostos para a compreensão de levantes rurais modernos.

Para isso, é necessário estender um pouco a aplicabilidade da noção de hegemonia, tomada de Antonio Gramsci, de forma a abranger algumas das formações sociais pré-capitalistas. Isso significa reconhecer a possibilidade da existência de formas não-coercitivas de dominação e controle das classes trabalhadoras em formações sociais como a do Império Romano. Nesse sentido, a sociedade, ou as sociedades, sob o Estado Romano devem ser entendidas como apresentando relações mais orgânicas e menos mecânicas do que assumia o próprio Gramsci. Para tanto, em primeiro lugar, deve-se deixar de postular, *a priori* e teoricamente, a negação da existência do tipo de relações sociais negociadas e articuladas entre classes dominantes e subalternas (características, para Gramsci, da sociedade burguesa/civil) em formações sociais caracterizadas pela divisão da sociedade em grupos de direitos e privilégios diferenciados. E, em segundo lugar, reconhecer a possibilidade da efetividade da legalidade jurídica (e da constituição da sociedade política/Estado) como garantidora dessas negociações, articulações e do consenso que efetiva a dominação das classes subalternas rurais pelas classes dominantes através das várias ordenações jurídicas. Ou seja, é necessário pensar o desenvolvimento das relações de dominação não apenas na chave

coercitiva e não apenas na chave das relações pessoais ou personalizadas, mas também num plano social mais amplo de consolidação ideológica dessa dominação como legítima perante as classes subalternas.

Os modelos de rebelião rural produzidos no século XX, em geral, partem de uma problemática, se não igual, semelhante ao se perguntar o que inicia e mantém o levante camponês no contexto do desenvolvimento capitalista. Os quatro modelos que apresentarei a seguir perpassam essa problemática: a proposta original de economia moral da multidão de Edward P. Thompson; a reinterpretação da economia moral por James Scott; a teoria do camponês racional, de Samuel Popkin e por fim o modelo classista de Paige.

Em seu “A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII” Thompson não buscava elaborar uma categoria explicativa para a ação das multidões e das turbas em geral. Seu foco era a busca pela racionalidade nos motins da fome na Inglaterra no contexto pré-industrial do século XVIII. A sua abordagem buscou entender o que ele chamou de cultura política dos trabalhadores, as expectativas, as tradições e as superstições e como essa cultura cristalizava-se, no contexto bem específico das suas fontes, em uma espécie de justificativa econômica moral para os levantes. Seu ensaio apresentava os motins como resultado historicamente localizado do choque entre duas concepções de mercado e práticas comerciais: uma concepção do mercado pautada por preços justos para a subsistência dos trabalhadores de uma comunidade, alimentada por aquela cultura política, em oposição à concepção de livre-mercado, oriunda da economia política de Adam Smith, que teorizava justificava as práticas especulativas dos agentes comerciais ingleses. Essa oposição e a efetividade política, por sua vez, dependia de uma articulação bem singular entre aquela cultura política e o político e institucional do Estado paternalista inglês do XVIII, que ainda mantinha práticas rotineiras de abastecimento e regulação dos mercados em situações de escassez. Para Thomopson, a mudança no comportamento político das classes dominantes política ao final do XVIII significa a perda de efetividade dessa economia moral (Thompson, 1998a; 1998b).

A ideia de economia Moral foi apropriada por James C. Scott e aplicada no contexto das revoltas camponesas no sudeste asiático. Mas essa apropriação resultou em algumas modificações importantes em relação à proposta original de Thompson. Scott também pensa a ideia de economia moral como sendo um elemento explicativo de rebeliões, porém, as rebeliões que ele estuda são de camponeses da Indochina. Para Scott, a economia moral é expressão de um conjunto de práticas e costumes tradicionais, que articulam e por sua vez são articulados pela solidariedade entre os habitantes de uma comunidade camponesa. Aqui, quanto maior a coesão social da comunidade, quanto menos diferenças sociais internas a

comunidade apresenta, maior a sua capacidade defender seus interesses como produtores. Assim, Scott vê a consolidação dessas tradições comunitárias – que tem os direitos ligados ao uso da terra com elemento central – numa ideia de justiça e na defesa de um sistema de reciprocidade entre os camponeses e os proprietários das terras como aquilo que transforma uma situação de crise de subsistência em rebelião contra a autoridade local (ou até nacional), quando as classes proprietárias rompem seu lado do pacto ou quando práticas de livre-mercado começam a atuar e romper os equilíbrios locais de distribuição (Scott, 1976). A principal diferença em relação a Thompson é o peso maior dado à tradição, e como a economia moral é resultado de práticas de reciprocidades locais entre os camponeses e os poderosos. Mas isso pode ser considerado uma expressão de outra diferença importante. Para Thompson o equilíbrio é criado por um Estado monárquico paternalista, que atua como uma espécie árbitro das disputas entre as classes subalternas e os proprietários e comerciantes, introdutores das práticas da “economia política”.⁹ Para Scott, o equilíbrio se dá diretamente entre os camponeses e os proprietários, sem a mediação do Estado e os agentes da crise que leva à rebelião, ou à revolução, são externos oriundos de um sistema internacional.

O estudo de Samuel Popkin veio em resposta às teorias de Scott sobre as rebeliões camponesas do sudeste asiático e, pouco surpreendentemente para alguém familiar com o debate entre primitivistas e modernistas na economia antiga, seu foco é no comportamento do camponês individual como representante do seu *household*. Popkin recusa as tradições, costumes e noções morais como elementos causais da rebelião dos camponeses, assim como as ações coletivas das comunidades camponesas como ponto de partida da análise. Em lugar delas, propõem a unidade familiar de produção como recorte, tendo o camponês como um agente pautado por decisões econômicas racionais como base das ações políticas. Partido desse ponto de vista, o camponês apresentado por Popkin é individualista e auto interessado, orientando-se pelas oportunidades de ganho ou de perda econômicos nas várias situações políticas com as quais se confronta. Ainda assim, esse camponês adentra movimentos de revolta e, no caso do Vietnã estudado por Popkin, participa de uma revolução. Popkin explica a entrada desse indivíduo auto interessado no processo revolucionário a partir da avaliação (individual, mas de muitos camponeses simultaneamente) de que os ganhos diretos para o seu *household* superariam os riscos, uma avaliação cuidadosamente construída pelas lideranças políticas revolucionárias (Popkin, 1979). Dados os contornos da nova modalidade de estudos da economia rural na antiguidade, que substituindo os *Peasant Studies* pelos cada vez mais

⁹ Cf. a avaliação feita pelo próprio Thompson de que o desenvolvimento posterior da obra de Scott o aproxima mais da formulação original de economia moral (Thompson, 1998b, p. 259-260).

formalistas *Agrarian Change* (Bernstein e Byres, 2001), coloca no centro da análise a decisão dos *households* sobre o risco, a perspectiva de Popkin seria a mais bem recebida para explicar os levantes dos bagaudas e dos circunceliões.

O último modelo que pretendo apresentar é o de Jeffery Paige. Em um estudo comparativo das estruturas de produção agrária voltadas para o comércio de exportação no Peru, em Angola e no Vietnã, Paige formula um par de tipologias: a tipologia da exploração rural e a tipologia do conflito rural (Paige, 1975). Paige também não tem a comunidade rural, a aldeia ou vila de camponeses, como ponto de partida da análise, seu foco está nos recortes de classes sociais criadas nas regiões de produtores rurais pelas várias formas de empresa agrícola. Ele divide os habitantes das regiões analisadas em dois polos, os cultivadores (trabalhadores, muitas vezes sem meios de produção) e os não-cultivadores (proprietários da terra), e articula as divisões de classe a partir da distribuição dos rendimentos da produção em relação a esses dois polos. E com isso propõe quatro tipos de movimentos políticos e conflitos rurais. Onde tanto os cultivadores quanto os não-cultivadores têm seus rendimentos derivados da produção e a terra é propriedade exclusiva dos não cultivadores, o modelo de conflito agrário é o da revolta agrária, cujo objetivo é a expropriação dos proprietários, possível em situações de enfraquecimento do poder das classes proprietárias. Onde os cultivadores são dependentes dos rendimentos da produção na terra, situação comum em contextos com muitos pequenos proprietários, e os não cultivadores tem seus rendimentos ligados a um capital comercial, o modelo de conflito agrário é o que almeja o controle do preço das mercadorias rurais (*commodity reform movement*). Onde os cultivadores no salário e os não-cultivadores tem seus rendimentos baseados no capital comercial, o típico conflito agrário é um movimento reformista pelos direitos de trabalhadores rurais. E, por fim, onde os cultivadores tem seus rendimentos derivados de salários (categoria dentro da qual Paige coloca a parceria, o que para mim é problemático) e os não cultivadores tem seus rendimentos derivados da produção na terra, situação típica de regimes de arrendamentos e parcerias, o *share-cropping*, o conflito agrário tende a se transformar de rebeliões agrárias em revoluções (nacionalistas ou comunistas) que, por meio da tática de guerrilha objetivam a tomada do Estado (como é o caso em Angola e no Vietnã). A tipologia da luta de classes rural de Jeffery Paige e o modelo individualista de Popkin seriam imediatamente recusadas se ainda valesse o predomínio do paradigma primitivista para a compreensão da economia antiga. Mas, como eu disse acima, o modelo de Popkin parece bem adequado ao zeitgeist atual. Já as tipologias de Paige, onde há o esforço de pensar os movimentos sociais rurais como ações coletivas resultantes de inúmeros contextos diferenciados de formação de classes a partir das estruturas de exploração

colocadas pela modalidade de exploração do trabalho e que pressupõe uma economia internacional capitalista formada, talvez não caiam tão facilmente no gosto dos estudiosos da agricultura da Antiguidade Tardia. Contudo, talvez ofereçam alguma inspiração sobre como lidar com as revoltas dos bagaudas e dos circunceliões no contexto das intensificações da produção e da circulação constatadas na historiografia sobre o Antigo Mediterrâneo romano.

Crise de hegemonia e modalidades de rebeliões

Seguindo Chris Wickham, disse anteriormente que acredito tomo uma crise de hegemonia da aristocracia romana como o contexto ideológico para as rebeliões dos bagaudas e dos circunceliões. A forma e o desenvolvimento dessa crise de hegemonia, contudo, realiza-se de maneira diversa nos dois conjuntos de revoltas. E é nessa diversidade que talvez a inspiração advinda dos modelos de rebeliões rurais modernas possa atuar como mediador teórico. A forma com a qual pretendo apresentar o debate sobre as semelhanças e as diferenças entre os dois conjuntos de revoltas será a partir da análise de textos que permitam refletir sobre as motivações dos revoltosos na Gália e na África romanas. E para refletir sobre suas possíveis motivações, os textos mais ricos são os panegíricos latinos de autores gauleses e o *De Gubernatione Dei* de Salviano de Marselha, para os bagaudas, e o *Contra Donatistas* de Optato de Milevis, para os circunceliões.

O panegírico mais antigo (*Pangirici Latini* 2 (10) 4.3) a mencionar as revoltas foi proferido em Trier, em 289, e alguns historiadores dizem ser de um famoso poeta chamado Mamertino e outros dizem ser de um outro poeta anônimo. O poema faz referência à primeira revolta, ocorrida alguns anos antes, e enfatiza não apenas a força repressiva de Maximiano, então general, e posteriormente imperador, mas também a sua clemência na luta contra os camponeses revoltosos, que o poema denomina monstros bifformes, meio camponeses, meio soldados. Essa referência à clemência se torna pertinente porque nos outros dois panegíricos em homenagem a Maximiano, a referência à clemência se repete e pode ser relacionada a um reconhecimento dos motivos das revoltas: o descontentamento com governos anteriores, reconhecidos pelo poeta como época de crise. Num outro panegírico conhecido como *Genethliacus* de Maximiano (*Panegirici Latini* 3 (11) 5.3 15.3), uma espécie de celebração de aniversário, também proferido em Trier, mas em 291, as revoltas voltam a ser mencionadas. E aí o poeta descreve os tempos injustos que precederam a ascensão de Maximiano: *sagradíssimo imperador, antes que vós restituísseis a saúde da República, todos sabemos quanta pobreza de colheitas e quanta copiosidade de funerais houve, com a fome em todos os*

lugares e com a peste espreitando. (15.3). O que de certa forma auxilia a construir no mesmo panegírico o reconhecimento de alguma justiça nas razões que levaram os camponeses à revolta, quando Maximiano teria (...) retornado à obediência, com sua clemência, as províncias instigadas pelas injúrias do tempo anterior (5.3).

E o mesmo parece ocorrer em um panegírico posterior, em Trier de 307, de outro poeta anônimo (*Panegirici Latini* 7 (6) 8.3) endereçado a um Maximiano quase no fim de seu governo, já acompanhado por Constantino. Aí também há trechos que reconhecem alguma justiça nas motivações das revoltas: *Aqui está aquele que, na própria aurora de seu nune, retornou à obediência da República as Gálias enfurecidas pelas injúrias de tempos anteriores, para a salvação delas mesmas.*

Há aqui uma descrição idealizada e caricatural tanto da boa vontade de Maximiano quanto das trevas dos tempos anteriores. Mas não penso que se deva descartar essa descrição apenas por ser exagerada. Essa descrição, ao reconhecer alguma base para as revoltas, foge à regra dos textos posteriores sobre os eventos do século III, os quais em geral desmerecem totalmente as motivações dos revoltosos gauleses. Assim, parece-me significativo que se possa a partir dos panegíricos reconhecer que as revoltas teriam derivado de uma situação de crise social (pobreza nas colheitas, mortes, doença) e que o poeta ao enaltecer o imperador Maximiano também elabora a sua figura como um garantidor da justiça para os camponeses, desde que obedientes à ordem romana.

Mais de um século depois, outro texto admitiria alguma justificativa moral para os levantes dos bagaudas, o *De Gubernatione Dei* de Salviano de Marselha, agora descrevendo levantes semelhantes aos do século III mas ocorrendo no século V. Neste tratado teológico, o autor construiu uma estratégia de discurso na qual buscava apontar a inferioridade moral dos ricos e aristocratas romanos mesmo em comparação aos bárbaros. E é dentro desse discurso de rebaixamento dos poderosos do Império que está inserido o reconhecimento de algum mérito nas ações dos bagaudas gauleses:

Meu discurso será agora sobre os Bagaudas, que espoliados, oprimidos e assassinados por juízes maus e cruéis, depois de perderem direitos romanos, ainda perderam a honra do nome romano. (...) E de que coisas são feitos os bagaudas, senão das nossas iniquidades, se não das improbidades de juízes, se não daqueles que por meio de confiscos e rapinas transformaram em ganhos do próprio lucro o direito de arrecadação pública e fizeram sua presa dos recolhimentos tributários (...)? E assim é que homens

oprimidos e mortos, por meio do latrocínio de juízes, começam a se tornar quase bárbaros, já que não lhes era permitido serem romanos. Assim, consentiram em ser o que não eram, já que não lhes era permitido serem o que foram, e são obrigados a pelo menos defender a vida, uma vez que viram ter perdido completamente os direitos e a liberdade. (De Gub. Dei. 5.6)

Salviano estabelece nessa passagem uma relação clara de causalidade entre as revoltas e as injustiças cometidas pelos decuriões responsáveis pela coleta de impostos. Esses decuriões são parte da elite local, mas na condição de decuriões planejam e manipulam a cobrança dos impostos da região e na condição de juízes decidam e julgam a seu favor quaisquer reclamações dos pobres. É a rapina causada pelas elites locais por meio de sua perversão da responsabilidade fiscal junto ao Estado imperial que teria criado os bagaudas do século V. A responsabilização da criação dos bagaudas pela rapina dos curiais, em conjunto com outros trechos do livro de Salviano nos quais ele explica o processo de empobrecimento dos pequenos proprietários pelo endividamento e pela cobrança injusta de impostos, delineia uma sociedade tensionada entre ricos e pobres, uma tensão que pode destruir a sociedade romana e para a qual o remédio seria que essa elite romana seguisse adequadamente os preceitos cristãos. Salviano, assim, pensa a criação dos bagaudas como resultado de conflitos sociais, os quais descreve em termos morais. Ele interpreta o comportamento pernicioso das elites por meio de parâmetros morais cristãos, os quais, contudo são complementares a uma concepção do papel das elites, bem particular de Salviano, que as entende como responsáveis pelo bem-estar dos mais pobres. Para ele, quanto mais poderoso o homem, mais responsável pela ordem social ele deve ser.

Tanto os panegíricos quanto Salviano apresentam um esforço de entender as razões das revoltas dos bagaudas que está ausente na maior parte da documentação (com exceção talvez do *De Redito Suo* e de *Querolus*), onde os bagaudas geralmente são descritos como arruaceiros impertinentes e, em um dos casos, como bandidos. Nos panegíricos, os bagaudas seriam uma resposta dos camponeses da Gália ao período de crise política anterior à ascensão de Diocleciano, e o reconhecimento dessa crise e da validade das reivindicações dos revoltosos estaria na ênfase dada à clemência daquele que as reprimiu. Já Salviano descreve uma situação de conflitos sociais em um plano, diriam os sociólogos, mais estrutural, resultado das más práticas das elites local e imperial e que estariam criando internamente as possibilidades para a desintegração da sociedade romana.

A descrição dos circunceliões feita por Optato de Milevis não tenta justificar as ações deles, mas por causa da estratégia de discurso que ele adotou contra os donatistas (assim como Agostinho posteriormente), ele terminou por enfatizar as suas ações subversoras da ordem social. Optato diz que, para resistir à chegada dos interventores (e do exército) enviados contra os donatistas pelo Imperador, os circunceliões teriam sido convocados pelo bispo de Bagaia, na Numídia (...) *pelos locais vizinhos e por todas as feiras (...). E naquele momento o concurso desses foi demandado, dos quais a demência, pouco anteriormente, era vista pelos mesmos bispos [donatistas] como ímpia quando incitada (Contra Donatistas 3.4).*

É importante notar que, aqui, Optatus admite que antes dos eventos por ele narrados em 348, os circunceliões causaram problemas para os próprios bispos donatistas, e que a natureza desses problemas estava diretamente ligada às reivindicações sociais dos circunceliões. O que se segue é a descrição das ações anteriores dos circunceliões, das quais se pode entrever algumas das suas reivindicações:

Pois quando, antes da unidade, a raça desse tipo de homens estivesse vagando por diferentes lugares, e quando Axido e Fasir pelos mesmos homens insanos eram chamados generais dos santos, a ninguém era permitido estar seguro de suas posses. As cartas de débitos escritas à mão perderam poderes; naquele tempo nenhum credor teve direito de poder executá-las, todos eram aterrorizados pelas cartas daqueles, que se jactavam de serem os generais dos santos, e se alguém para contemporizar as ordens daqueles se demorava em responder, subitamente uma multidão insana vinha correndo e os credores com o terror anterior eram cercados pelo perigo, de forma que aqueles que mereciam cobrar suas devidas responsabilidades, eram impelidos às preces humildes pelo medo da morte. Cada um deles se apressava em abandonar mesmo as dívidas mais altas e era reconhecido como um ganho ter escapado das injúrias daqueles. E mesmo as viagens mais bem vigiadas não podiam acontecer, porque os senhores expulsos de seus veículos corriam servilmente à frente de seus criados, os quais se sentavam no lugar de seus mestres. Por causa do julgamento e das ordens daqueles [os circunceliões], a condição de mestre e de escravo era alterada. (Contra Donatistas 3.4)

A resposta a essas ações foi dada pelos próprios bispos donatistas da Numídia, que teriam se utilizado da força militar imperial sob o comando do *Comes per Africam*, Taurino, para massacrá-los, tudo antes da associação entre circunceliões e o bispo donatista de Bagaia acontecer. Optato enfatiza¹⁰ as ações que tinham como objetivo a resistência a certos abusos vividos pelos habitantes das zonas rurais da Numídia, uma resistência que me parece racionalmente organizada, envolvendo até a escrita de cartas e ações coordenadas. Cabe aqui colocar a questão do papel do cristianismo nessa perspectiva de resistência. Isto é, Optato descreve as ações dos circunceliões como sob o comando de figuras denominadas “generais dos santos”, apontando a articulação do social com o religioso. Isso, contudo ocorre em meio à descrição das ações dos circunceliões que claramente respondem à opressão dos habitantes das zonas rurais. Essa descrição de Optato e a articulação das práticas religiosas às ações subversivas é um argumento claro contra as interpretações recentes de que as motivações dos circunceliões fossem “puramente” religiosas, isto é, de que fossem monges errantes cuja principal motivação fosse defender o lado dos donatistas em meio ao cisma da Igreja cristã africana.

Conclusões

Busquei demonstrar acima algumas diferenças de motivação e de atuação das revoltas nas duas regiões romanas, muito embora o recorte documental assumido nesse artigo possa reforçar essas diferenças mais do que o necessário.

As revoltas dos bagaudas parecem passar por processo de desenvolvimento e recrudescimento entre suas primeiras manifestações no século III e sua descrição posterior no V. Enquanto que nos bagaudas do século III haja alguma perspectiva de negociação com as autoridades imperiais após a derrota, a descrição dada por Salviano no V é a de que o movimento passara a recusar plenamente a cidadania romana. Dentre os registros textuais que o historiador moderno dispõe sobre os bagaudas, apenas *Querolus* poderia ser considerado como apresentando o tipo de ordem social eles teriam constituído, Dado o caráter idealizado e caricatural da descrição, típicos de uma comédia latina, além das incertezas quanto à sua datação, preferi não lidar com ele no contexto deste artigo, mas a descrição presente ali

¹⁰ A prática dos martírios suicidas dos circunceliões, importantíssima para Agostinho, parece-me secundária na descrição de Optato e figura como um acréscimo às ações subversivas e violentas. Com relação a isso, há autores que mostraram recentemente que o martírio suicida seria um problema também dentre os cecilianistas do próprio Agostinho (Dearn, 2003).

permite sugerir que os bagaudas do século V teriam buscado criar uma ordem social autônoma à sociedade romana.

Já a descrição dos circunceliões oferece mais elementos a respeito da ordem social almejada pelos revoltosos. Controle dos cobradores de dívidas, libertação de escravos, inversão das regras sociais são os elementos presentes na descrição de Optato. Essa subversão social praticada pelos circunceliões é orientada por uma liderança que retira sua legitimidade dos santos mártires, mortos na perseguição na época do Imperador Diocleciano: os generais dos santos. Mas estes movimentos não agem no vazio, relacionam-se com as comunidades rurais das quais vieram protegendo-as dos abusos dos poderosos locais.

Dos quatro modelos aqui apresentados, os dois últimos, de Popkin e Paige, são os que parecem menos adequados para explicar as revoltas do bagaudas e dos circunceliões. Ambos autores partem de uma visão que a historiografia sobre a Antiguidade classificaria de modernista, pois pressupõem um agente econômico racional orientado pela maximização dos ganhos (Popkin), ou um sistema internacional de comércio capitalista (Paige) que até pouco tempo atrás seria anatematizada pela historiografia. Isso, contudo, pode ser resultado também do recorte de fontes escolhido neste artigo. Daí porque talvez os dois modelos associadas a uma economia moral pareçam mais interessantes para a discussão apresentada aqui.

Nessa linha, parece-me que os modelos associados à ideia de uma economia moral, mesmo que ambos partam de situações nas quais há a interação entre comunidades rurais e seus mercados locais e práticas comerciais dos mercados modernos, em desenvolvimento, no caso do modelo de Thompson, ou na relação entre mercados já desenvolvidos e o “terceiro mundo”, no caso de Scott, oferecem sugestões interpretativas mais imediatas para as revoltas dos circunceliões. As ações descritas por Optato (que reaparecem em textos posteriores de Agostinho e Possídio) ressonam com a ideia de uma moralidade comunitária e tradicional que regule as ações dos poderosos nas regiões rurais da Numídia. E, nesse caso, acredito que o modelo de Scott seja mais atraente, uma vez que enfatiza a coesão comunitária como ponto de partida dessa moralidade, diferentemente do modelo de Thompson, não pressupõe um Estado paternalista como árbitro do confronto entre elites locais e as classes subalternas. O modelo de Thompson talvez seja mais adequado para se pensar a interação e a negociação posterior à revolta entre os camponeses gauleses do século III e o Imperador Maximiano, como descrito nos panegíricos gálicos.

No entanto, esse recorte documental em particular, que privilegia a apresentação das motivações dos revoltosos, enfatiza as dimensões morais e não apresenta outros elementos que pertenceriam a uma descrição mais completa das revoltas na Gália e África tardo-antigas.

Um olhar sobre o conjunto da documentação sobre essas duas revoltas e sua contextualização em relação à produção historiográfica e arqueológica mais recente faz com que os modelos de Popkin e Paige sejam também úteis.

Em minha opinião, o modelo de Popkin tenderia a ser mais bem aceito em grande parte por causa do paradigma modernista atual dos estudos sobre economia agrária na Antiguidade, que tende cada vez mais a isolar o *household* e o trabalhador rural como um agente tomador de decisões entre maximização dos ganhos e que calcula sobre os riscos. Não houve nenhuma tentativa até aqui de aplicá-lo. Um dos poucos autores a mencionar os bagaudas no contexto dos estudos recentes utiliza Popkin para justificar uma espécie de negacionismo dessas revoltas (Grey, 2011, p. 188). A crítica imediata ao uso do modelo de Popkin é a tradicional caracterização disso como uma “robinsonada”, dada, contudo, a configuração modernizante da historiografia sobre as regiões rurais tardo-antigas, seria possível utilizar muitas passagens na obra de Salviano de Marselha para justificar a revolta dos bagaudas partindo da tomada de decisões individual dos camponeses da Gália.

É o modelo de Paige, contudo, que talvez mereça maior atenção no contexto dessa nova historiografia. A sugestão da construção de uma tipologia de conflitos rurais a partir da percepção das configurações diferenciadas das relações de propriedade e trabalho locais pode ser reaproveitada mesmo que o historiador não construa o comércio inter-regional no Mediterrâneo a partir dos pressupostos neo-institucionalistas que se consolidaram como paradigma de História Econômica da Antiguidade. Outra característica importante do modelo de Paige aponta para as pressões do sistema comercial mais amplo como transformadora dos equilíbrios locais. Nesse sentido, a interação entre o sistema mais amplo e os sistemas locais seria capaz de reconfigurar as relações locais, ora aumentando a pressão, a exploração sobre os trabalhadores, ora enfraquecendo as elites e seu controle ideológico sobre as classes subalternas.¹¹

Como disse no início desse texto, a maior parte das investigações sobre essas duas revoltas foi feita tendo como pano de fundo tácito a problemática das revoltas ou das revoluções modernas. A intenção deste artigo era esboçar as possíveis contribuições que os estudos sobre revoltas rurais modernas poderiam oferecer para a compreensão dos horizontes políticos das revoltas dos bagaudas e dos circunceliões. O objetivo aqui não era de demonstrar

¹¹ Na tipologia de Paige há situações onde os trabalhadores rurais são classificados como assalariados, o que pareceria difícil de encontrar em estudos sobre a Antiguidade. Essa é, porém, uma das (inúmeras) sugestões controversas de Jairus Banaji sobre a configuração das relações de trabalho no Egito e na África tardo-romanas (2007). Para Banaji os circunceliões são trabalhadores assalariados, característicos do processo de monetarização da economia Antiguidade Tardia.

que esses modelos possam explicar perfeitamente as revoltas tardo-antigas, e sim sugerir alguns modelos iniciais e experimentais para construir as mediações entre aquilo que é possível reconstruir a partir da documentação antiga e os modelos da sociedade e da economia romana que a historiografia tem formulado nas últimas duas décadas. Nesse sentido, acredito que o presente trabalho tenha ajudado a sugerir que é melhor estabelecer um diálogo crítico com os elementos anacrônicos dos modelos oriundos do presente capitalista, do que recusar *a priori* os estudos modernos; expulsando-os pela porta, mas deixando que retornem escondidos pela janela.

Bibliografia

Fontes

Nixon, C. E. V. e Rodgers, Barbara Saylor. *In Praise of Later Roman Emperors. The Panegyrici Latini. Introduction, Translation and Historical Commentary with the Latin text of R.A.B. Mynors*. Berkeley : California University, 1994.

Optatus. *Against the Donatists*. Tradução: Mark Edwards. Liverpool: Liverpool University, 1997.

Salvien de Marseille. *Ouvres II: Du gouvernement de Dieu*. Tradução: Georges Lagarrigue. Paris: Les Editions du Cerf, 1975.

Estudos Modernos

Anderson, Perry. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000 [1975].

Banaji J. *Agrarian Change in Late Antiquity. Gold, Labour, and Aristocratic Dominance*. Oxford: Oxford University; 2007.

Bartholomew, Philip. Fifth-Century Facts. *Britannia*. 1982, 13, pp. 261-270.

Bastos, Mário Jorge da Motta. Escravo, Servo ou Camponês? Relações de Produção e Luta de Classes no Contexto da Transição da Antiguidade à Idade Média (Hispania Séculos V-VIII). In: *Politéia. História e Sociedade*, vol 10, 2010, p. 77-105.

Bernstein, H. e Byres, T. J. From Peasant Studies to Agrarian Change. In: *Journal of Agrarian Change*. 2001; vol. I, p. 1–56.

Bowden, William; Lavan, Luke; Machado, Carlos. *Recent Research on the Late Antique Countryside*. Leiden: Brill, 2004.

Brown, Peter. *The World of Late Antiquity*. London: Routledge, 1971.

Atkinson, J. E. Out of Order: The Circumcellions and Codex Theodosianus 16, 5, 52. *Historia*. 1992, Vol. 41, 4, pp. 488-499.

Bustamante, Regina Maria da Cunha. Violência e “Terrorismo”: Circunceliões na África Romana. In: *Boletim do CPA*, Campinas, n.11, 2001, p. 121-146.

Bustamante, Regina Maria da Cunha. Circunceliões: Revolta Rural na África Romana? In: Chevitarese, André Leonardo. *O Campesinato na História*. Rio de Janeiro: Dumará, 2002, p. 39-64.

Caner, David. *Wandering Begging Monks. Spiritual Authority and the Promotion of Monasticism in Late Antiquity*. Berkeley : California University, 2002.

Dearn, Alan. Voluntary Martyrdom and the Donatist Church. *Studia Patristica*. 2003, 39, pp. 27-32.

Dossey, Leslie. *Peasant and Empire in Christian North Africa* . Berkeley: University of California Press, 2010.

Dyson, Stephen L. *The Roman countryside*. London : Duckworth, 2003.

Fraão, Elza Rossi de Aguiar. *Donatismo e os circunceliões na obra de Santo Agostinho*. São Paulo: FFLCH, 1976

Finley, M. I. *Ancient Economy*. Berkeley: University of California, 1999.

- Frend, W.H.C. *The Donatist Church*. Oxford : Oxford University, 1951.
- Gaddis, Michael. *There is no Crime for Those Who Have Christ. Religious Violence in the Christian Empire*. Berkeley : University of California, 2005.
- Grey, Cam. *Constructing Communities in the Late Roman Countryside*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- Heather, Peter. *The Fall of the Roman Empire. A new History of Rome and the barbarians*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- Horden, P. e Purcell, N. *The Corrupting Sea. A study of Mediterranean History*. Oxford: Blackwell, 2000.
- Matthews, John F. *Western aristocracies and imperial court. AD 364-425*. Oxford: Oxford University, 1990.
- Mazzarino, Santo. Si può parlare de rivoluzione sociale ala fine del mondo antico? In: Il passaggio dall' antichità al medioevo in occidente. (Setimane di studio del Centro Italiano sul' Alto Medioevo IX). Spoleto: CISAM, 1961. pp. 410-425
- Pottier, Bruno. Les Circoncelions. Un mouvement ascétique itinérant dans l'Afrique du Nord des IVE et Ve Siècles. *Antiquités Africaines*. 2008, 44, pp. 43-107.
- Paige, J. *Agrarian Revolution: Social Movements and Export Agriculture in the Underdeveloped World*. New York: Free Press; 1975.
- Popkin, S. *The Rational Peasant: The Political Economy of Rural Society in Vietnam*. Berkeley: University of California; 1979.
- Saller, Richard. "Framing the Debate over Growth in the Ancient Economy". In: Morris, Ian. & Manning, J.G. *The Ancient Economy. Evidence and Models*. Stanford: Stanford University Press, 2005.
- Saumagne, Charles. Ouvriers agricoles ou rôdeurs de celliers? *Annales HE*. 1934, 6, pp. 355-364.
- Scott, J. C. *The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia*. New Haven: Yale University; 1976.
- Shaw, Brent D. Who were the Circumcellions? [A. do livro] A. Merrills. *Vandals, Romans and Berbers*. Ashgate : Aldershot, 2004, pp. 227-258.
- Shaw, Brent D. *Sacred Violence. African Christians and Sectarian Hatred in the Age of Augustine*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- Silva, Uiran Gebara da. Bagaudas e circunceliões: Revoltas rurais e a escrita da história das classes subalternas na Antiguidade Tardia. 2013. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2013.
- Silva, Uiran Gebara da. Revoltas Camponesas e a Historiografia do Campesinato Romano Tardo-Antigo. In: Bastos, Mário Jorge da Motta. et alii *O Pré-Capitalismo em Perspectiva Estudos em Homenagem ao Prof. S. Cardoso*. Rio de Janeiro: Íthaca Edições; 2015.
- Staerman, Elena M. "La caída del regimen esclavista." In: Estepa, Carlos. *La transición del esclavismo al feudalismo*. Madrid: Akal, 1980, p. 59-107.
- Thompson, E. A. Peasant revolts in Late Roman Gaul and Spain. *Past and Present*. 1952, 2, pp. 11-23.
- Thompson, E. A. Fifth century facts? *Britannia*. 1983, Vol. XIV, pp. 272-274.

- Thompson, E. A. *Romans and barbarians – The decline of the Western Empire*. Madison : University of Wisconsin, 1982.
- Thompson, E. P. A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII. In: *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998a, p. 150-202.
- Thompson, E. P. A Economia Moral da Multidão Revisitada. In: *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998b, p. 203-266.
- Tilley, Maureen. *The Bible in Christian North Africa. The Donatist World*. Minneapolis : Fortress, 1997.
- Van Dam, Raymond. *Leadership and Community in Late Antique Gaul*. Berkeley : University of California, 1985.
- Van Ossel, P. Rural Impoverishment in Northern Gaul at the End of Antiquity: The Contribution of Archaeology. In: Bowden, W.; Lavan, L. e Machado, C. *Social and Political Life in Late Antiquity*. Leiden: Brill; 2006.
- Ward-Perkins, Bryan. *The Fall of Rome: and the end of civilization*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- Ward-Perkins, Bryan. Land, Labor and Settlement. In: Cameron, Averil; Ward-Perkins, Bryan; Whitby, Michael. *The Cambridge Ancient History*. Vol. XIV: Late Antiquity: Empire and Successors A.D. 425-600, 2000, p. 315-345.
- Weber, Max. As causas sociais da decadência da cultura antiga. In: Cohn, Gabriel. (org.) Max Weber. *Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática; 1983 [1896].
- Whittaker, C.R. Rural labour in Three Roman Provinces. *Land, City and Trade in the Roman Empire*. Aldershot : Variorum, 1993, pp. II 73-99.
- Whittaker, Dick. Landlords and warlords. In: Rich, John. e Shipley, Graham. *War and society in the roman world*. 1995, pp. 277-302.
- Wickham, Chris. *Framing the Early Middle Ages. Europe and the Mediterranean 400-800*. Oxford : Oxford University, 2005.